



Congresso examina veto a nova regra para criação de municípios

Pedro Franco/Agência Senado



Sessão do Congresso Nacional, marcada para as 19h de amanhã, analisará quatro vetos. Entre eles, o que suprime integralmente projeto que estabelece regras para criação de novos municípios

Governo justificou veto às regras para criação de novos municípios por causa do impacto negativo nas contas públicas. Autor acredita que a votação aberta pode ajudar a derrubar o veto de Dilma à proposta,

amplamente apoiada pelos parlamentares.

Senado inicia a semana com a pauta trancada pela MP 626. Apesar de já haver acordo para aprovação, a falta de consenso para votação de outras matérias impediu o destrancamento da pauta. **3**

Parcial do Plenário da Câmara durante a primeira sessão do Congresso em que os parlamentares apreciaram vetos presidenciais com votação aberta

TV Senado inaugura hoje transmissão em canal digital para São Luís 2

Seis sugestões do Programa Senado Jovem podem virar projetos de lei 3

Cotas raciais em concursos são debatidas hoje em audiência 2



ACONTECEU NO SENADO



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Pedro Taques e Vital do Rêgo recebem, na Comissão de Constituição e Justiça, a proposta de José Mariano Beltrame

Semana teve proposta contra violência em manifestações

A preocupação com a violência nos protestos populares, tema recorrente nos debates do Senado nos últimos dias, mo-

tivou uma proposta entregue pelo secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. **4**

Relator de projeto sobre terrorismo promete cautela

Eunício Oliveira disse que é preciso diferenciar terrorismo de vandalismo para não inibir manifestações democráticas. A preocupação é compartilhada por Paulo Paim, que apresentou requerimento para que a Comissão de Direitos Humanos analise a proposta. **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Novo canal digital faz parte de plano de expansão em parceria com a Assembleia Legislativa do Maranhão, que terá direito a fazer transmissões próprias por meio de um subcanal do sistema

TV Senado começa hoje a transmitir para São Luís

O SENADO INAUGURA hoje, às 18h, as transmissões digitais da TV Senado em São Luís (canal 51.1). A iniciativa é resultado de um acordo firmado com a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, dentro do projeto de expansão dos veículos de comunicação do Senado. Pela proposta, os custos de implantação das emissoras são divididos entre os parceiros, garantindo a redução dos investimentos.

Nesse acordo, o Senado adquire e instala os equipamentos, enquanto a assembleia legislativa assume as despesas para abrigar antenas e transmissores da TV e da Rádio Senado. Em contrapartida, o Senado cede uma das quatro subcanalizações do sistema digital para que a assembleia transmita conteúdos próprios. Por isso, também será inaugurada hoje a TV Assembleia do Maranhão (canal 51.2).

O plano prevê ainda a divisão regional dos investimentos com a Câmara dos Deputados: o Senado cede uma das subca-



As transmissões digitais serão pelo canal 51.1 na capital maranhense

nalizações para a TV Câmara e recebe uma subcanalização nas localidades em que a Câmara implanta a TV dela. Em São Luís, a TV Câmara passará a utilizar o canal 51.3.

A TV Senado vinha funcionando em São Luís, em fase de testes, com o transmissor definitivo, que tem 5 quilowatts de potência. As medições dão conta de que o sinal da TV Senado pode ser captado com boa qualidade nos quatro municípios da ilha: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

A inauguração vai acontecer na Assembleia Legislativa do Maranhão, quando serão apresentadas as novas instalações que passam a abrigar a TV Assembleia daquele estado.

A TV Senado já opera em canal aberto em outras 13 capitais: Brasília, Cuiabá, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, em sistema digital ou analógico. Também está em fase de implantação em Boa Vista, Belém e Maceió.

Congresso economiza papel com fim de diários impressos



Os documentos conhecidos como *Diário do Congresso*, *Diário do Senado* e *Diário da Câmara* deixarão de ser impressos e passarão a ficar disponíveis em meio eletrônico, o que deve economizar 22 toneladas de papel só neste ano. A medida, assinada pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, foi publicada no *Diário do Senado* de sexta-feira.

— Antes, a principal forma de consulta era em papel. Agora, a consulta é eletrônica e, se necessário, o usuário pode imprimir todo o diário ou só a parte que lhe interessar — explicou a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

A impressão dos diários já vinha sendo reduzida há três anos e em 2013 chegou a 9.498 exemplares, contra 29.652 em 2010. De 53 toneladas de papel utilizadas naquele ano, foram consumidas 23 toneladas em 2013.

Comissão de Direitos Humanos debate cotas em concursos

As cotas no serviço público serão debatidas hoje pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), a pedido de Paulo Paim (PT-RS). Em novembro, a presidente da República, Dilma Rousseff, enviou à Câmara, com pedido de urgência, projeto de lei que destina para os negros 20% das vagas nos concursos (PL 6.738/2013). A proposta ainda não foi votada pelo Plenário da Câmara devido a acordo de líderes.

A audiência deve ter a participação do promotor e diretor-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Libanio Alves Rodrigues; do procurador Augusto Werneck, primeiro professor da disciplina de ação afirmativa no Brasil; do diretor-executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), Frei David Santos; do advogado Ciro Bueno; e do pesquisador Adilson Moreira, que tem doutorado em Harvard em ações afirmativas.

Em setembro, a CDH fez um primeiro debate, com representantes de diversas entidades, que defenderam o sistema.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão de discursos

14h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.

CDH Cotas em concursos

9h Cotas no serviço público são o tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Participa da audiência o promotor e diretor-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Libanio Alves Rodrigues.

TERÇA

CMA Abastecimento de água

8h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa projeto que regula a cobrança separada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

CCT Chamadas telefônicas

9h Proposta na pauta estabelece que as companhias telefônicas deverão identificar a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário. A comissão examina também projetos de decreto legislativo autorizando serviços de radiodifusão.

CAE Pedágio para deficientes

10h Carros dirigidos por pessoas com deficiência podem ser isentos do pedágio em rodovias. Projeto com essa finalidade está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

CMO Prestação de contas

10h Na pauta da Comissão Mista de Orçamento, estão prestações de contas do governo federal e relatórios de atividades do TCU, entre outros assuntos.

INTERLEGIS Aula inaugural

10h30 Aula inaugural do Interlegis com o tema "Eleições 2014 — democracia e Legislativo", no Auditório Antonio Carlos Magalhães.

CE Feriados na segunda-feira

11h Na pauta, projeto sobre a transferência dos feriados para a segunda ou sexta-feira e o que propõe a residência pedagógica para os professores da educação básica.

CONGRESSO Vetos

19h Sessão para análise de vetos a quatro projetos: o que facilita a criação de municípios; o que determina o repasse de recursos públicos às universidades comunitárias; o que normatiza a travessia de pedestres próximos às escolas; e o que regula a condução de veículos de emergência.

QUARTA

CI Tarifas do transporte coletivo

7h30 Exame da recondução de Jorge Luiz Macedo Bastos ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres e de projeto que facilita controle da composição das tarifas do transporte coletivo.

SUBCOMISSÃO DA VERDADE Ditadura

9h A Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça ouve depoimentos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF sobre a violação de direitos humanos contra jornalistas durante a ditadura militar.

CDR/CMA Fertilizantes potássicos

9h Audiência conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Meio Ambiente para discutir a atuação da Vale S.A. na produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o potencial industrial da carnallita em Sergipe.

CAS Bolsa Família

9h Projeto que dispõe sobre a organização da assistência social para incorporar o Programa Bolsa Família está na pauta da comissão.

CCJ Boletos vencidos

10h Na pauta da comissão, projeto que determina o recebimento de boletos vencidos em qualquer agência bancária. Outra proposta em pauta reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal.

MEDIDA PROVISÓRIA Tributos

15h Apresentação do relatório da comissão mista que vai examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 627/2013, que altera diversas regras tributárias.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Congresso se reúne para examinar vetos amanhã

Apreciação de vetos será em votação aberta conforme novas regras estabelecidas no fim do ano passado. No Senado, pauta continua trancada pela MP 626 e ainda não há consenso para destrancamento

O CONGRESSO SE reúne amanhã para examinar quatro vetos presidenciais. A sessão está marcada para as 19h, no Plenário da Câmara dos Deputados. O item mais polêmico é o que resultou na rejeição integral de projeto que estabelece regras para a criação de municípios. Também estão na pauta os vetos sobre o repasse de recursos públicos

às universidades comunitárias, o que normatiza a travessia de pedestres próximos às escolas e o que regula a condução de veículos de emergência. Desde dezembro, com a promulgação da Emenda Constitucional 76, deputados e senadores apreciam vetos em votação aberta.

A presidente Dilma Rousseff vetou totalmente o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei

do Senado (PLS) 98/2002 — Complementar, que estipula novas regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Em tese, a proposta, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), possibilitaria a criação de 400 novas cidades.

Pauta trancada

O Plenário do Senado começará a semana com a pauta de votações trancada pela medida provisória (MP 626/2013) que abriu crédito extraordinário de R\$ 2,5 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Apesar de já haver acordo para aprovação da MP, a falta de consenso para votação de outras matérias impediu o destrancamento da pauta nesta semana.



Sessão do Congresso no Plenário da Câmara: análise de vetos é por voto aberto

Mozarildo volta a defender derrubada de veto

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a defender, na sexta-feira, a derrubada do veto total ao PLS 98/2002 — Complementar, que trata da criação de novos municípios.

Na opinião do senador, o argumento de que haveria aumento de despesa é equivocado, já que a intenção é permitir a criação de municípios viáveis e eliminar desequilíbrios regionais, conforme prevê a Constituição.

— Parece que não houve leitura adequada do projeto. É uma proposta moralizadora. Pela primeira vez, teríamos



Mozarildo reitera que proposta permite criar municípios viáveis

regras claras — afirmou.

Mozarildo lembrou que a Região Norte tem apenas 450 municípios, alguns com extensão territorial maior que a de países. Minas e São Paulo têm municípios com menos de mil habitantes, o que evidencia as disparidades, argumenta. Ele acredita que a votação aberta do veto vai ajudar na derrubada, visto que o projeto foi aprovado com a concordância de 312 deputados e 53 senadores.

Paim quer exame de renegociação de dívidas

O cumprimento do acordo firmado entre todos os senadores para análise do projeto que reduz encargos de estados e municípios sobre as dívidas com a União (PLC 99/2013) foi cobrado por Paulo Paim (PT-RS) na sexta-feira. A expectativa do senador é de que o Plenário comece a examinar a proposta no início de março.

— Faltam 19 dias. Quero,

mais uma vez, lembrar que esse acordo é firmado entre todas as partes e que tanto a Comissão de Assuntos Econômicos quanto a de Constituição, Justiça e Cidadania assumiram o compromisso de deliberar, creio eu, na semana que vem [nesta semana] sobre o tema, para que, assim, antes do dia 5, a gente possa votar a matéria — lembrou.

O senador afirmou que está em xeque a credibilidade do Senado.

— Há uma expectativa muito grande, não só do Rio Grande do Sul, mas também de outros estados, de que o acordo firmado será cumprido e de que a matéria será votada no prazo estipulado, marcado, acordado, assinado, lavrado, avalizado por todos nós — disse.

Cristovam aponta vulnerabilidade econômica

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aconselhou a presidente Dilma Rousseff a ouvir os alertas sobre os riscos e dificuldades que estão atrapalhando a economia brasileira para corrigir os rumos de seu governo. No discurso em Plenário, na sexta-feira, ele destacou recente estudo divulgado pelo Banco Central dos Estados Unidos no qual o Brasil é situado na segunda pior posição em vulnerabilidade econômica dentro de

um conjunto de 15 países emergentes avaliados.

— Ainda dá para acordar, para ouvir os alertas que estão sendo ditos pelo povo nas ruas,



Cristovam diz que modelo econômico baseado no consumo se esgotou

pelos documentos escritos, pelas críticas feitas — alertou.

Para Cristovam, o modelo econômico baseado no estímulo ao consumo se esgotou. De acordo com ele, sem investimentos em infraestrutura, educação e inovação tecnológica, o país não terá como “produzir infinitamente tantas coisas, cada vez mais”. A seu ver, é possível melhorar o bem-estar das pessoas, e não obrigatoriamente pelo consumo.

Prevenção à violência é uma das sugestões de jovens senadores

A criação de um programa de prevenção da violência na rede educacional é uma das seis sugestões dos participantes do Programa Senado Jovem Brasileiro em 2013. As propostas estão na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, se acolhidas, tramitarão como projeto de lei.

As demais sugestões dispõem sobre a adoção de práticas de construção sustentável; a obrigatoriedade de acesso à internet nas escolas de ensino médio; a criação do Sistema de Avaliação de Mérito do Ensino Médio; a ampliação da participação da União no financiamento da educação,

do destino dos recursos e da fiscalização; e novas regras para o Fundo de Financiamento Estudantil.

Em 2013, a comissão encarregada do programa, presidida por Paulo Davim (PV-RN), contabilizou a participação de 213.268 estudantes e 1.486 escolas no Concurso de Redação do Senado, primeira etapa do programa.

Criado em 2008, o Senado Jovem Brasileiro seleciona anualmente 27 estudantes, um de cada estado, para vivenciarem o processo de discussão e elaboração das leis, simulando a atuação dos senadores nas comissões e em Plenário.

Sugestões

1/2013

Cria programa de prevenção da violência na rede de ensino.

Projeto visa garantir a segurança e integridade de professores e alunos, a partir de núcleos disciplinares compostos por psicólogo, assistente social, psicopedagogo, representantes do Conselho Tutelar e da área de segurança pública. As atividades mensais envolverão jogos pedagógicos, palestras interativas, dinâmicas de grupo, incentivo à leitura, acompanhamento psicológico, filmes e reuniões com pais e professores.

Autores: Ágata Pereira • Ana Paula Feitosa • Danielle Almeida • Márcio Bugine Júnior • Marta Pereira •

2/2013

Prevê a adoção de práticas de construção sustentável na execução da política urbana.

Na execução da política urbana, serão observadas as seguintes diretrizes: divulgação de práticas de sustentabilidade ambiental nos meios de comunicação; promoção de campanhas educativas de orientação à população; e concessão de incentivos fiscais conforme a realidade local.

Autores: Ana Luiza Cabral Laet • Andrisley Kelly Pereira da Silva • Daniele Verza Marcon • Verônica Vicente Monteiro •

3/2013

Dispõe sobre a grade curricular do ensino médio e a obrigatoriedade de acesso à internet nas escolas.

O currículo do ensino médio deverá abordar obrigatoriamente conhecimentos básicos sobre a Constituição, cultura regional, ética, cidadania e funcionamento do sistema político. Toda escola deverá ter pelo menos um ponto de acesso à internet.

Autores: Jéssica Horta • Joyce Xavier • Loysleny França • Lucas Evangelista • Samuel da Silva •

4/2013

Institui o Sistema de Avaliação Mérito do Ensino Médio (MDEM), destinado ao ingresso nas universidades federais.

Para participar, o aluno deverá ter cursado todo o ensino médio em escolas públicas e ter obtido 70% do valor total de cada disciplina. Do total das vagas destinadas ao exame de seleção nacional, 15% serão cedidas ao programa: 85% da avaliação do aluno corresponderá à nota obtida no Enem, somada aos 15% da média das notas obtidas ao longo dos três anos de ensino médio.

Autores: Antônio Victor Silva • Daniela Moro • Danielle Araújo • Jhenifer Mezzomo Spagnol •

5/2013

Amplia a participação da União no financiamento da educação, o destino dos recursos e sua fiscalização.

A União ampliará sua participação no financiamento dos estados, Distrito Federal e municípios no percentual anual de 10%, até integralizar 100%. Os recursos serão investidos em infraestrutura, valorização e formação dos profissionais da educação, instalação e ampliação de laboratórios e adaptação das salas de aula.

Autores: Aline da Conceição Andrade • Beatriz V. Borges Pereira • Lyanne Almeida Cezário • Raysley Ricarte Costa • William Alexander Ramos •

6/2013

Estabelece novas regras para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Todos os cursos oferecidos pela instituição de ensino deverão reservar o mínimo de 20% das vagas aos alunos financiados pelo Fies. Além de critérios socioeconômicos, será dada prioridade aos alunos com melhor desempenho na vida estudantil, tendo como base o histórico escolar.

Autores: Isamara Cardoso de Brito • Ivanlins Nascimento da Costa • João Vitor Silva • Maria Eduarda Nunes da Silva •



Eunício, Paim e Aloysio falaram sobre atos de violência e vandalismo nas manifestações populares

Relator vai diferenciar vândalos e terroristas

Eunício quer tipificar com cuidado o terrorismo, para evitar a criminalização de movimentos sociais. Com o mesmo objetivo, Paim pediu que projeto passe pela CDH

O RECEIO DE que uma lei antiterrorismo resulte na criminalização de movimentos sociais foi manifestado pelos senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator no Plenário da proposta (PLS 499/2013), e Paulo Paim (PT-RS).

Eunício deve apresentar um parecer nos próximos dias, na forma de substitutivo ao PLS 499/2013, levando também em conta outras propostas sobre o tema. Ele afirmou que é preciso muito cuidado na tipificação do crime. Segundo o senador, é preciso diferenciar terrorismo de ato de vandalismo, para não proibir manifestações democráticas.

Para Eunício, é urgente dar uma definição jurídica à repressão de atos terroristas, até devido aos tratados internacionais de que o Brasil faz parte.

— Esse não é um debate novo. Nasceu ainda na comissão de juristas que ofereceu um texto-

-base para o novo Código Penal brasileiro.

Paim também comentou o projeto e disse que “o que mais preocupa, no momento, é a banalização da violência”.

Ele explicou que, para afastar o risco de que a lei criminalize os movimentos sociais por manifestações, apresentou requerimento para a Comissão de Direitos Humanos (CDH) também examinar o PLS 499/2013. Solicitou ainda duas audiências à CDH: violência contra os movimentos sociais e situação das forças de segurança do país, com foco, inclusive, na questão dos baixos salários.

Líderes do MST

As manifestações foram comentadas por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que criticou a presidente Dilma Rousseff por ter recebido líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) após protesto em Brasília, na quinta-feira.

— A manifestação do MST causou a interrupção de uma sessão do Supremo Tribunal Federal, derrubou as grades do Palácio do Planalto e feriu 30 policiais militares — afirmou.

Para o líder do PSDB, ao receber os manifestantes no gabinete dela, “a presidente dá legitimidade ao MST”.

— Essa ideia de que a economia brasileira possa se desenvolver com base na pequena propriedade rural é atrasada. Podia ser real quando 70%, 60%, ou mesmo 30% da população vivia no campo, nos anos 80, quando surgiu o MST. Hoje, em torno de 14% da população é rural, boa parte habitantes de cidades do interior.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que não concorda com manifestações violentas, mas defendeu uma reforma agrária em que o agronegócio possa conviver com a pequena propriedade.

Comissão de Segurança tem prazo estendido até 10 de maio para concluir trabalhos

A comissão criada para analisar projetos de lei que tratam de segurança pública terá mais 90 dias para a conclusão dos trabalhos. A prorrogação, que estende o prazo até 10 de maio, foi aprovada a pedido do presidente do colegiado, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O senador observou que as audiências públicas com especialistas mostraram a necessidade urgente de se instituir um plano nacional de segurança pública. Para ele, o plano precisa do apoio do governo, do Ministério da Justiça e dos órgãos de segurança. Ele adiantou que a comissão poderá promover novas audiências para esclarecer pontos específicos.

— Esperamos que, ao longo destes 90 dias, tenhamos para votação em Plenário o Plano Nacional de Segurança Pública proposto pelo Parlamento.

Projeto de Eduardo Lopes permite que professor militar leccione também para civis



Pedro Franco/Agência Senado

Depois da promulgação da emenda constitucional que permite a médicos militares acumularem cargos civis, Eduardo Lopes (PRB-RJ) quer estender a possibilidade aos professores das

Forças Armadas. O objetivo do senador com a proposta (PEC 2/2014) é ampliar o atendimento escolar para toda a população, inclusive nas fronteiras. Atualmente, a Constituição permite a acumulação de dois cargos de magistério no serviço público apenas por professores civis.

— A importância da PEC é a mesma da que permitiu ao médico militar a acumulação de cargo — afirmou.

Lopes disse que a medida poderá contribuir para a execução do Plano Nacional de Educação. A proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, se for aprovada, será analisada pelo Plenário.

ACONTECEU NO SENADO

Senado avalia sugestão contra violência em protestos de rua

Proposta foi entregue pelo secretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro



Marcelo Camargo/Agência Brasil

A proibição do uso de máscaras pelos manifestantes é uma das sugestões do documento

Na quarta-feira, o Senado recebeu uma sugestão que tem a intenção de evitar atos de violência em manifestações populares, como o que matou o cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade. O secretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, entregou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um documento que propõe a proibição do uso de máscaras e do porte de armas, além de objetos que possam causar lesões. Beltrame garante que uma eventual

lei não será usada para prender manifestantes.

O texto será analisado por Pedro Taques (PDT-MT), relator da Comissão de Segurança Pública. O senador observou que manifestação é direito garantido nos regimes democráticos e informou que, antes de apresentar o relatório, vai examinar os princípios do Direito espanhol nos quais se ampara a sugestão.

A proposta de Beltrame inclui no Código Penal a punição, com seis anos de prisão, para associação de três ou mais pessoas

para a prática de desordem, vandalismo ou qualquer forma de violência durante concentrações populares.

Também vem sendo visto com cautela pelos senadores o Projeto de Lei do Senado 499/2013, que tipifica o crime de terrorismo. Por decisão de líderes, a votação em Plenário foi adiada na terça-feira porque alguns parlamentares temem que, se a definição do crime não ficar clara, protestos e manifestações possam ser considerados atos terroristas.

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENOR

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira projeto (PLS 243/2010) de Alfredo Nascimento (PR-AM) que transforma em crime hediondo a exploração sexual de criança, adolescente e vulnerável. A classificação como crime hediondo extingue possibilidade de pagamento de fiança e determina que as penas sejam cumpridas em regime fechado, com tempo maior para conseguir benefícios de progressão de regime. O texto segue direto para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação em Plenário.

FRENTE A FAVOR DAS MULHERES

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), começou a coletar assinaturas para a criação de uma frente parlamentar que mobilize homens para combater a violência contra mulheres.



Waldemir Barral/Agência Senado

Ana Rita coleta assinaturas de parlamentares

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou para a Câmara dos Deputados o PLS 406/2013, que trata da mediação e da arbitragem, métodos alternativos de solução de conflitos sem depender dos tribunais. Isso pode desafogar a Justiça brasileira, que, segundo Renan, tem 90 milhões de causas para julgar. Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em dezembro, o texto inicial foi elaborado por uma comissão de juristas presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão.

MÉDICOS MILITARES ATENDENDO NO SUS

A Emenda Constitucional 77 foi promulgada na terça-feira, com o objetivo de evitar a evasão de profissionais de saúde das Forças Armadas. A emenda permite que médicos militares possam exercer cargo semelhante no serviço civil para melhorar atendimento nas regiões de fronteira e distantes dos grandes centros urbanos.

A emenda é resultante da Proposta de Emenda à Constituição 122/2011, apresentada pelo senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ).

MARINHA PREVÊ PARA 2023 CONCLUSÃO DO SUBMARINO NUCLEAR BRASILEIRO

O primeiro submarino nuclear brasileiro deve ficar pronto daqui a nove anos, segundo o coordenador do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), Gilberto Max Roffé Hirschfeld. Em audiência quinta-feira na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele disse que a arma de maior poder de persuasão que existe garante também desenvolvimento científico-tecnológico e fortalecimento da indústria. O Prosub prevê a construção

de quatro submarinos convencionais, uma base naval e um estaleiro, além de acordo com a França para transferência de tecnologia.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Hirschfeld explica o projeto e as perspectivas de avanço